

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.617 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2002

Lobão faz balanço do trabalho como vice-presidente do Senado Federal

O primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão, fez balanço de sua atuação no cargo, para o qual foi escolhido por unanimidade. Lobão lembrou o período de 58 dias em que ocupou interinamente a Presidência da Casa, organizando uma “agenda positiva” de votações.

PÁGINA 2

Patrocínio sugere cooperativas para enfrentar déficit habitacional

Ao defender a adoção de uma política de moradia em benefício da população de média e baixa renda, o senador Carlos Patrocínio recomendou o incentivo às cooperativas habitacionais. Segundo ele, esse sistema pode permitir redução de mais de 40% nos custos.

PÁGINA 4

Brasileiro pode ter Renda de Cidadania a partir de 2005

Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje, em caráter terminativo, substitutivo à proposta de Eduardo Suplicy que institui um benefício monetário para toda a população



José Cruz

Proposta que estende Lei Rouanet a promotores de mostras e festivais audiovisuais é uma das matérias na pauta

Comissão de Educação vota incentivo fiscal para promotor de festivais

PÁGINA 3

Deve ser votado hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, substitutivo do senador Francelino Pereira a projeto do senador Eduardo Suplicy que institui a Renda Básica de Cidadania para brasileiros residentes no país e estrangeiros que estejam há pelo menos cinco anos no Brasil. Pela proposta, todos receberão um benefício monetário suficiente para atender às suas despesas mínimas com alimentação, educação e saúde, a ser estabelecido de acordo com as possibilidades orçamentárias do governo.

De acordo com o substitutivo, a Renda Básica de Cidadania começará a ser paga em 2005 em parcelas iguais e mensais. A matéria tramita em caráter terminativo e teve pedido de vista concedido em reunião da CAE na semana passada.

PÁGINA 3



Foto: Radfabris

País vai pagar mais juros e investir menos no próximo ano

Os relatórios setoriais sobre o Orçamento de 2003 aprovados ontem pela Comissão Mista de Orçamento indicam crescimento nos juros e encargos da dívida pública e queda nos investimentos em infraestrutura e desenvolvimento urbano.

PÁGINA 4

Apesar da arrecadação da Cide, o setor de transportes terá menos recursos para investimentos em 2003

Lobão faz balanço do período à frente da 1ª Vice-Presidência

Senador também lembra período em que presidiu a Casa, destacando conquistas como mudanças na legislação sobre imunidade parlamentar e sociedades anônimas

Ao fazer um balanço de sua atuação como primeiro-vice-presidente do Senado, nesta 51ª legislatura, o senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou o período no qual ocupou a Presidência da Casa, no ano passado, em virtude da renúncia do então presidente Jader Barbalho (PMDB-PA). Ele disse que, nos 58 dias de interinidade, trabalhando em sintonia com a Câmara dos Deputados, conseguiu a aprovação de mudanças na legislação referente à imunidade parlamentar.

— Com a valiosa ajuda das lideranças, organizei uma agenda positiva de votações. Trabalhei em



Lobão agradeceu contribuição dos servidores da Secretaria Geral da Mesa

sintonia com o presidente da outra Casa legislativa, deputado Aécio Neves. Aprovamos medidas moralizadoras da vida pública, que incluíram mudanças na legislação, como as referentes à imu-

nidade parlamentar, restringindo-a efetivamente à palavra, opinião e voto — afirmou.

O primeiro-vice-presidente registrou que, no seu período como presidente, também foi promulgada a proposta de emenda à Constituição que disciplinou a edição de medidas provisórias e o projeto que reestruturou a Lei das Sociedades Anônimas. Ele dividiu as conquistas com os demais integrantes da Comissão Diretora, os senadores e funcionários da Casa.

UNANIMIDADE

Edison Lobão, que foi escolhido de forma unânime para ocupar a 1ª Vice-Presidência do Senado, comentou que, mesmo

exercendo o cargo, continuou participando dos debates em torno das grandes questões nacionais. Ele fez um agradecimento especial aos servidores lotados na Secretaria Geral da Mesa pela contribuição oferecida para o andamento dos trabalhos da Casa.

— Vai-se iniciar uma próxima legislatura sob o peso de grandes problemas que afligem o mundo e o Brasil, e por esperanças do povo em um novo governo e em um renovado Congresso, sufragados em eleições democráticas. O Senado terá papel da maior importância para a efetivação das aspirações populares, razão maior da nossa vida pública — observou.

Coral do Senado realiza concerto de Natal

O Coral do Senado apresentará na próxima quinta-feira, a partir das 20h30, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, o concerto “Natal de Esperança”. A entrada será franca, mas o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, está convidando a comunidade a colaborar com instituições de caridade levando um pacote de alimentos não perecíveis. “Essa doação fica a critério de cada um.”

Entre as peças que serão executadas destacam-se *Glória*, de Joseph Haydn; *Panis Angelicus*, de César Franck; *Cântico de Maria*, de Buryl Red; *El Nascimento*, de Felix Luna e Ariel Ramirez; e *Chorinho Natalino*, de José Vieira Brandão.

ILB firma convênio com Polícia Federal

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, assinou ontem protocolo de intenções entre o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Departamento de Polícia Federal (DPF) para promover intercâmbio, por meio do qual as duas instituições possam realizar cursos e treinamentos conjuntos, especialmente na área de segurança.

Agaciel afirmou que o convênio representará uma troca de conhecimento em áreas específicas de cada órgão. Ele explicou que, por meio da Universidade do Legislativo (Unilegis), serão oferecidos aos servidores do DPF cursos até o nível de pós-graduação. Os funcionários do Senado, por sua vez, participarão de treinamentos oferecidos pela Polícia Federal, especialmente os de segurança.



Agaciel Maia lembrou que o Senado Federal é o primeiro do mundo a ter uma universidade

O diretor-geral lembrou que, com convênios desse tipo, o Senado não ficará restrito apenas à transmissão de conhecimento para seus servidores. Além deste com o DPF, a Casa realiza cooperação com órgãos como Banco Central, Tribunal de Contas da União, Caixa Econômica Federal, entre outros.

— O Senado brasileiro é um dos mais ativos do mundo e o primeiro a ter sua própria universidade,

a Unilegis, ligada ao ILB. Tem um sistema de comunicação social considerado modelo até internacionalmente. Há sete anos o Senado vem desenvolvendo uma política de treinamento valorizando o servidor. Assim, melhora a qualidade do trabalho do Poder Legislativo e consequentemente da democracia no país — afirmou.

GESTÃO PÚBLICA

O diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, Armando de Assis Possa, afirmou que o convênio é muito importante para a instituição, uma vez que dará acesso a cursos de extensão e pós-graduação aos servidores. Um curso oferecido atualmente pelo ILB e que pode ser de interesse dos servidores do DPF é o de gestão pública, disse Possa.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 10 DE DEZEMBRO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PR que altera a Resolução nº 2/02, autorizando a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JIBC), no valor equivalente a até US\$ 300 milhões; PR que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 5 milhões, de principal, com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird); PR que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), no valor de até US\$ 5 milhões, destinando-se os recursos a financiar, parcialmente, o Programa de Diversidade na Universidade; PLC que altera a Lei nº 9.871/99, estabelecendo prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos estados na faixa de fronteira; continuação da votação, em primeiro turno, da PEC que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; votação, em segundo turno, da PEC que altera o inciso do artigo 159 da Constituição federal que cria percentual do IR e IPI para aplicação em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; votação, em primeiro turno, da PEC que altera a redação do artigo 6º da Constituição federal, incluindo a alimentação nos direitos sociais; votação, em primeiro turno, da PEC que acrescenta inciso e parágrafo único ao artigo 49 e acrescenta inciso ao artigo 84 da Constituição federal, dando competências privativas ao Congresso Nacional e à Presidência da República relativas a atos internacionais; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC que altera Constituição federal para regulamentar a aposentadoria do extrativista vegetal, entre outras matérias.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira
14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Quinta-feira
10h — Sessão deliberativa ordinária

Sexta-feira
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Alimentação pode fazer parte dos direitos sociais

Os senadores devem votar hoje, em primeiro turno, proposta de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que inclui a alimentação entre os direitos sociais previstos na Constituição. O parlamentar argumenta que esse já é um direito imple-



Antonio Carlos Valadares diz que medida proposta é recomendada pela ONU

mentado em vários países e conta com recomendação da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Também será votada em primeiro turno proposta de emenda constitucional do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que amplia a competência do Legislativo na aprovação de atos internacionais. Será apreciada em segundo turno proposta do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que destina 0,5% da arrecadação do Imposto

de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para instituições de ensino superior na Amazônia Legal.

O Plenário vai deliberar, em regime de urgência, sobre três projetos de resolução que autorizam a realização de empréstimos externos. Um deles, no valor de até US\$ 5 milhões, destina-se a financiar, parcialmente, o Programa Diversidade na Universidade.

Na sessão de hoje pode ser iniciada a votação em primeiro turno da proposta de reforma do Poder Judiciário. A matéria já foi aprovada pela Câmara e, no Senado, passou por amplo debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu modificações. O relator da proposta é o senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

CPI das ONGs deve votar hoje seu relatório final

Após funcionar por quase dois anos e colher mais de 20 depoimentos, a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura denúncias de irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) vai discutir e votar, hoje, seu relatório final, após a ordem do dia. O colegiado foi criado por iniciativa do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).



Comissão foi criada por iniciativa de Mozarildo Cavalcanti

O último depoimento à CPI das ONGs, terça-feira passada, foi dado pelo representante brasileiro da

organização canadense Focus on Sabbatical, José Antônio dos Santos. O depoente confirmou denúncias de que a Focus não está instalada oficialmente no país e que teria como objetivo o pagamento de US\$ 165, por hectare, a produtores de soja brasileiros que concordassem em reduzir sua produção.

Mozarildo considerou "inusitada" a disposição da ONG de reduzir a produção brasileira de soja e outros grãos.

Comissão analisa indicações para Cingapura e Ucrânia

Presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje, a partir das 17h30, para sabatinar dois diplomatas indicados pelo presidente da República para exercer o cargo de embaixador do Brasil em Cingapura e na Ucrânia. Após a arguição, os senadores votam as indicações, cuja aprovação final caberá ao Plenário do Senado.

Inicialmente, os senadores da

comissão devem analisar a escolha do diplomata João Gualberto Marques Porto Júnior para chefiar a chancelaria brasileira em Cingapura. A mensagem tem como relator o senador José Agripino (PFL-RN).

Em seguida, será submetida a exame da CRE a indicação do diplomata Renato Luiz Rodrigues Marques para ocupar o cargo de embaixador do Brasil na Ucrânia. O relator da matéria é o senador Moreira Mendes (PFL-RO).

CAE examina projeto que cria Renda Básica de Cidadania

Conforme a proposta, todos os brasileiros terão direito ao benefício, que deve ser suficiente para pagar despesas com alimentação, educação e saúde

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve votar hoje, às 10h, substitutivo ao projeto que institui a Renda Básica de Cidadania para brasileiros residentes no país e estrangeiros que estão há pelo menos cinco anos no Brasil. Pela proposta, o benefício monetário deve ser suficiente para atender às despesas mínimas com alimentação, educação e saúde. O valor será estabelecido de acordo com as possibilidades orçamentárias do governo.

O projeto original é de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e tem parecer favorável do senador Francelino Pereira (PFL-MG), na forma de substitutivo. De acordo com o substitutivo, a Renda Básica de Cidadania será instituída a partir de 2005 em parcelas iguais e mensais para todos os brasileiros, "não importando sua condição socioeconômica", priorizando-se, no entanto, as camadas mais necessitadas da população.

Caberá ao Executivo, segundo o texto, definir o valor do benefício, de acordo com as propostas orçamentárias e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a proposta, a partir do exercício finan-



Suplicy: estrangeiros residentes há cinco anos no país também terão direito à renda

ceiro de 2005 os projetos de lei relativos aos planos plurianuais e às diretrizes orçamentárias deverão especificar os cancelamentos e as transferências de despesas, bem como outras medidas necessárias para execução do programa.

O projeto é terminativo na comissão e teve pedido de vista concedido na reunião do último dia 4. Suplicy diz, na justificativa, que a renda básica será melhor para os pobres do que uma renda mínima condicionada à verificação financeira dos beneficiários, pois a pessoa poderá manter o valor integral do benefício mesmo que esteja trabalhando.

— Em um sistema de renda básica, o pagamento regular do bene-

fício não é interrompido ao se aceitar um emprego com renda acima de determinado patamar, como seria um sistema convencional, condicionado à situação financeira dos beneficiários. Isso significa remover um aspecto da armadilha do desemprego comumente associado a sistemas convencionais de benefícios — argumenta Suplicy.

BNDES

Outros 22 projetos serão examinados pela CAE, entre eles o que estabelece restrições ao financiamento, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a pessoas jurídicas cujo poder de controle seja detido por pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ). O parecer, de autoria de Eduardo Suplicy, é favorável ao projeto.

Os senadores da CAE vão votar também projeto de resolução que autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser celebrada entre o BNDES e o Japan Bank for International Cooperation, no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, destinados ao Programa Global de Financiamento Multissetorial.

Proposta garante incentivo a festival de cinema

A Comissão de Educação (CE) deve votar hoje projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que estende aos promotores de mostras e festivais audiovisuais o direito ao incentivo fiscal previsto na Lei Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). De acordo com a lei, pessoas físicas e jurídicas podem aplicar parcela do imposto sobre a renda devido em benefício de projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura.

Atualmente, são abrangidos pela legislação os seguintes segmentos: artes cênicas; livros de valor artístico, literário ou humanístico; música erudita ou instrumental; circulação de exposições de artes plásticas; doações de acervos para bibliotecas e museus;



Projeto de Lúcio Alcântara estende aos festivais audiovisuais benefícios da Lei Rouanet

produção de obras cinematográficas e videofonográficas de curta e média metragem; e preservação e difusão de acervo audiovisual.

Na mesma reunião, a comissão deve analisar proposta que obje-

tiva proteger e defender a língua portuguesa e combater o uso de estrangeirismos. O texto é substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), que será ainda votado pelo Plenário.

CIDADANIA

Para deliberação em caráter terminativo, constam também da pauta os seguintes projetos: o que exige a publicação de informações sobre a situação legal da instituição de ensino e dos cursos nos editais dos vestibulares; o que inclui noções de cidadania no currículo dos ensinos fundamental e médio; o que estabelece a obrigatoriedade de transmissão de cursos de línguas estrangeiras no rádio e na televisão; e o que flexibiliza o horário de transmissão do programa *Voz do Brasil*.

Pagamento de juros cresce 62,2%, investimentos caem

Relatórios setoriais do Orçamento apontam redução de 37% nos recursos para infra-estrutura e de 59% em desenvolvimento urbano

A destinação de R\$ 93,6 bilhões de recursos do Orçamento da União para 2003 para o pagamento de juros e encargos da dívida pública federal (que equivalem a 37,5% das receitas fiscais executando as da Previdência), uma redução de 37% nos investimentos em infra-estrutura (Minas e Energia, Transportes e Comunicações) no próximo ano, em relação ao previsto para 2002, e ainda uma redução de 59% nos investimentos do próximo ano em planejamento e desenvolvimento urbano foram os principais destaques dos relatórios setoriais aprovados ontem pela Comissão Mista de Orçamento.

A comissão discutiu e aprovou mais três dos dez relatórios setoriais – os da área temática III – Fazenda e Desenvolvimen-

to; área V – Infra-Estrutura; e área X – Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Hoje, o presidente da CMO, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), espera concluir os trabalhos de discussão e votação dos relatórios setoriais sobre o Orçamento da União de 2003. Os últimos pareceres apreciados serão os das áreas temáticas VII (Saúde) e IX (Integração Nacional e Meio Ambiente).

Os dados que mais chamaram a atenção dos parlamentares, nas discussões de ontem, foram os do crescimento da dívida pública, constante da área temática III, que teve como relator o deputado Airton Cascavel.

O relator destacou que a dívida mobiliária federal interna (dívida com títulos federais) saltou

de R\$ 738,2 bilhões em dezembro de 2002 (projeção orçamentária) para R\$ 884,1 bilhões, um crescimento de 19,76%. O governo pretende destinar R\$ 93,6 bilhões para a cobertura de juros e encargos da dívida bruta, 62,2% a mais do que os R\$ 57,7 bilhões gastos com essa mesma rubrica neste ano de 2002 (estimativa do Orçamento).

Na área temática V, relatada pelo deputado Santos Filho (PFL-PR), chamou atenção a queda de 37% nos investimentos com infra-estrutura em 2003. Os investimentos devem somar R\$ 23,38 bilhões.

A área de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, que teve como relator o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), deverá receber R\$ 3,77 bilhões.

Nem a Cide evita queda de 31% para transportes

Os R\$ 6,383 bilhões previstos para o custeio e investimentos do setor de transportes no Orçamento de 2003 significam uma queda de 31% em relação ao montante autorizado para este ano. De acordo com o relator setorial de Infra-Estrutura, deputado Santos Filho (PFL-PR), a diminuição dos recursos mostra que a aprovação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) não trouxe os benefícios esperados.

Segundo o deputado, o projeto do Executivo propõe uma aplicação apenas parcial da arrecadação da Cide no setor. Além disso, a área de transportes perdeu quase a totalidade dos recursos ordinários do Tesouro Nacional, resultando na queda pronunciada da dotação para 2003.

O número de emendas nessa área foi reduzido, contrastando com expressivo valor solicitado. Foram encaminhados 167 pedidos, dos quais 57 individuais. Do total de R\$ 10,647 bilhões, somente R\$ 1,327 bilhão foi concedido pela relatoria geral da comissão para atender 187 emendas, incluídas as de iniciativa do relator setorial. Santos Filho chamou a atenção para a preocupação do Congresso em recompor os investimentos no setor de transportes, que recebeu o maior número de



Área de transportes perdeu a quase totalidade dos recursos ordinários do Tesouro Nacional no Orçamento da União para 2003

pleitos: 151 emendas das 187 ao relatório de infra-estrutura.

Mesmo assim, o esforço dos congressistas não conseguirá reverter o quadro projetado pelo Executivo para o próximo ano, com uma redução de 4% no investimento global do setor de infra-estrutura. A retração na área de transportes, somando as cifras projetadas nos orçamentos fiscal e da seguridade social e no de investimentos das estatais, deve alcançar 54% em relação ao valor autorizado este ano, com uma programação de apenas R\$ 2,108 bilhões para 2003. Os valores da área de comunicações caem 43% e somente os investimentos da área de minas e energia crescem – 12% em função das aplicações das estatais.

Outro problema é a contribui-

ção que o setor de infra-estrutura dará para o cumprimento da meta de superávit primário de 3,75% do Produto Interno Bruto, acordada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Do total orçado de R\$ 34,968 bilhões, o governo federal alocou R\$ 4,334 bilhões para a chamada reserva de contingência. Isso significa, segundo o relatório, um aperto nas disponibilidades do setor.

Os investimentos públicos em infra-estrutura estão cada vez mais concentrados no orçamento das estatais. Somente 9,5% da cifra global de R\$ 23,4 bilhões projetada para 2003 virão diretamente do Tesouro. Portanto, a grande maioria dos recursos (90,5%) sairá das empresas estatais, principalmente das empresas do grupo Petrobras, com valor orçado de R\$ 16,379 bilhões.

Patrocínio defende estímulo a cooperativa habitacional

Lembrando que o déficit habitacional brasileiro ultrapassa os 5,7 milhões de unidades, sem falar nas residências precárias, mal urbanizadas e mal localizadas, o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) pediu ontem que o governo adote com urgência



Rosevelt Pinheiro

Custo da moradia pode ser reduzido em mais de 40%, diz Patrocínio

uma política de moradia em benefício da população de média e baixa renda.

Patrocínio recomendou a cooperativa habitacional como uma das melhores soluções para o problema. Segundo o parlamentar, assumindo a construção do imóvel, as famílias conseguem reduzir os custos de aquisição em mais de 40%.

O senador disse que, infelizmente, no Brasil, mesmo com as dezenas de programas governamentais de moradia, a população carente continua habitando lugares miseráveis.

Patrocínio afirmou que a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), sem que outro órgão fosse criado para substituí-lo, trouxe prejuízos para as classes de média e baixa renda. Com o desmoronamento do atual siste-

ma financeiro de habitação, inclusive com a suspensão dos empréstimos para a classe média, 12 milhões de brasileiros que ainda se encontram na fila da casa própria “assistem ao término de suas esperanças”.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que o desmantelamento do sistema financeiro de habitação não foi seguido de qualquer outro mecanismo que pudesse, de maneira eficiente, fazer com que o financiamento habitacional atingisse as populações de média e baixa renda no Brasil. Mozarildo também lastimou a inexistência de um diagnóstico preciso e de uma solução eficaz para o déficit habitacional.

Ao final do discurso, Carlos Patrocínio manifestou sua preocupação com o estado de saúde do senador Lauro Campos (PDT-DF). Mencionando informações recebidas da filha de Lauro Campos, ele disse que, depois de retornar para casa, o parlamentar teve que voltar para a Unidade de Terapia Intensiva, de onde seria encaminhado para tratamento em São Paulo.

Mozarildo pede apoio para universidades da Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) conclamou o Senado a aprovar proposta de emenda constitucional (PEC) de sua iniciativa, destinando 0,5% da arrecadação federal do Imposto de Renda e sobre Produtos Industrializados (IPI) para reforçar a dotação orçamentária das universidades federais da Amazônia Legal. A PEC deverá ser votada em segundo turno na sessão plenária de hoje.

Segundo Mozarildo, serão nove as universidades da região a se beneficiarem de uma dotação que, em 2003, poderá somar R\$ 435 milhões. Além desses estabelecimentos de ensino, também receberão dotações os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) que já dispõem de cursos superiores, como é o caso do Maranhão e de Roraima, que inaugura hoje seu curso superior de Turismo.

Mozarildo lembrou que o Cefet de Roraima teve seu embrião na

Escola Técnica que iniciou suas atividades em 1987, com os cursos de Eletrotécnica e Edificações. Em 1993, foi transformada em Escola Técnica Federal.

Para Mozarildo, está na hora de o governo federal olhar para a Amazônia como lugar de oportunidades, ao invés de legislar, apenas, sobre o que não se pode fazer. – É proibido derrubar árvores, não se podem desenvolver projetos de mineração ou construir hidrelétricas. Talvez a dinamização da educação e da pesquisa na região possa mudar essas diretrizes.

Em aparte, Carlos Patrocínio (PTB-TO) enfatizou a escassez de verbas para as universidades federais da Amazônia – em 2002 foram alocados R\$ 829 milhões, para nove estabelecimentos. “Nem mesmo esses montantes são garantidos: os R\$ 30 milhões destinados à Universidade Federal de Tocantins não foram efetivados.”